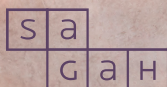


ÉTICA E CIDADANIA



SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS

Ética profissional, social e política

Mayara Joice Dionizio

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- > Identificar os princípios gerais da ética social.
- > Reconhecer as especificidades da ética profissional.
- > Relacionar o papel da ética com a prática política.

Introdução

A ética é parte fundamental da vida humana, pois, uma vez que vivemos em sociedade, fazem-se necessárias regras de conduta que assegurem as ações comuns. Desde a Antiguidade, quando a ética como conceito foi sistematizada, pensadores se dedicam a pensar a conduta humana e sua finalidade, o que acabou por se tornar uma tradição de pensamento que chega até a contemporaneidade. Hoje pensamos a ética diferentemente de outros momentos históricos; o conceito está mais consolidado e nos guia tanto em nossa vida privada quanto em nossa vida pública.

Neste capítulo, você poderá compreender como a ética é essencialmente social e como ocorre sua relação com a moral. Além disso, vamos descrever no que consiste a ética profissional, como ela surgiu e como ela resultou nos códigos deontológicos que temos na contemporaneidade. Por fim, vamos explicar como a ética e a política se relacionam ao longo da história como prática.

Princípios gerais da ética social

Inevitavelmente, quando tratamos do conceito de ética, remontamos a anos de tradição do pensamento filosófico acerca do assunto. Conforme Gontijo (2006), o termo “ética” vem de *ethos*, que em grego significa “modos de ser” e se relaciona com os fundamentos da vida moral, com o modo de ser socialmente. Por sua vez, há o termo *mores*, que em latim significa “morada”, “habitar”, “aquilo que se refere ao hábito”, que faz parte da reflexão romana antiga sobre a moral e que está relacionado ao costume. Apesar de os conceitos de moral e ética estarem ligados, ainda mais em suas origens especulativas, há uma distinção importante sobre o campo da moral e o campo da ética. Antes de adentrarmos nesse aspecto, faz-se necessário que nos aprofundemos mais em tais conceitos para compreender suas diferenças histórico-conceituais, tal como elucida Gontijo (2006, p. 129):

Com a criação da ética como ciência do *ethos* no mundo grego — como aplicação do logos demonstrativo à reflexão crítica sobre os costumes e modos de ser dos homens —, a palavra “ética” passou a designar, na tradição filosófica, tanto o objeto de estudo de uma disciplina quanto o estudo do objeto. “Ética” significa, portanto, tanto a disciplina que reflete criticamente sobre o saber ético encarnado nos costumes e modos de ser, como esse próprio saber. O mesmo se verifica com a palavra “moral”, que servirá para designar tanto o objeto de estudo — a moral — quanto o estudo crítico do objeto — a Filosofia Moral. No que respeita à tradição filosófica, os termos “moral” e “ética” designam, portanto, o mesmo campo de fenômenos e o mesmo domínio de reflexão. Isto é, são sinônimos.

Estima-se que o conceito de ética tenha surgido por volta de 500 a.C., quando a filosofia grega estava em seu momento mais alto — entre 300 a.C. e 500 a.C., viveram os grandes nomes da filosofia grega: Sócrates (470 a.C. a 399 a.C.), Platão (428/427 a.C. a 348/347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.) (FIGUEIREDO, 2008). O primeiro a pensar a conduta moral em vista de um princípio comum a todos os cidadãos da pólis grega foi Sócrates. Conhecido como o pai da filosofia, Sócrates traz à filosofia grega um caráter inaugural ao deslocar o interesse filosófico da *physis* (natureza) para o homem. Nesse sentido, Sócrates se ocupa dos humanos nas mais múltiplas esferas: em relação à arte, à moral, às virtudes e, principalmente, à verdade. Para o filósofo, todas as virtudes estão ligadas ao bem. Assim, é impossível buscar a verdade sem que se busque o bem na mesma medida. Platão também se ocupou do pensamento ético e moral. Suas obras são compostas de diálogos protagonizados tanto por Sócrates, o seu mestre, quanto pelos demais discípulos socráticos. Contudo, foi Aristóteles que, de fato, realizou a primeira sistematização do conhecimento ético (PIMENTA, 2019).

Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta um tratado moral guiado pelo questionamento acerca da finalidade das ações humanas. Segundo Aristóteles (1987), o caminho final das ações é o bem, mas não sem uso da faculdade racional; isto é, se faço uso da minha faculdade racional, logo chegarei ao bem como resultado de minha reflexão. Apesar de podermos chegar ao bem por meio do exercício racional, as virtudes podem ser alcançadas por meio de dois conhecimentos: o teórico, que é resultado da educação recebida; e o prático, que é constituído pelos hábitos. Dessas duas formas aristotélicas de conceber a ação ética, originou-se a confusão entre o que é ética e o que é moral. Quando emprega o termo *ethos*, Aristóteles se refere a uma ciência sobre o modo de ser: as atitudes morais de uma pessoa frente às situações da vida. Ou seja, a ética está associada ao comportamento do indivíduo na vida coletiva, na medida em que este se torna objeto de reflexão. Portanto, de modo geral, podemos dizer que a moral é aquilo que compete às leis morais às quais os indivíduos estão submetidos: hábitos, tradições e costumes. Por outro lado, a ética consiste na conduta individual do indivíduo frente aos demais e à filosofia moral; isto é, à reflexão sobre a conduta moral de uma sociedade. A ética apresenta, então, esse caráter duplo: tanto do indivíduo quanto da reflexão filosófica moral. Assim, também chegamos às duas esferas que compõem a vida: a privada e a pública.

É na vida pública que encontramos o *ethos* social. Tal *ethos* é marcado pelos costumes e tradições na medida em que se trata da identidade de não só um indivíduo, mas de uma sociedade:

Parece haver um círculo *ethos*-hábitos-atos. Assim se compreende como é preciso resumir as duas variantes da acepção usual de *ethos*, estas sendo os princípios dos atos e aquele o seu resultado. *Ethos* é o caráter (*χαρακτήρ*) cunhado, impresso na alma por hábitos (ARANGUREN, 1972, p. 24).

Ou seja, ao mesmo tempo em que o *ethos* social se impõe pela força da identidade das tradições, ele também é constitutivo do indivíduo que vive essa identidade tradicional. Há dois *ethos*: aquele que se remete ao caráter e aquele que se liga aos hábitos. Isso, por sua vez, demonstra que a ética é tanto individual quanto social; isto é, a conduta ética é um realizar-se tanto em si quanto no outro.

Ainda de acordo com Aristóteles (1987), o que fundamenta essa duplicidade de ação da ética na conduta humana é a justiça. Mais uma vez, vemos então a impossibilidade de disjunção entre individualidade e sociedade. Uma vez que a justiça fundamenta a ética, a justiça ocorre sempre frente a um fato, uma ação que envolve mais de um agente:

Essa forma de justiça (geral) é, portanto, uma virtude completa e governa nossas relações com os outros; por isso, muitas vezes, a justiça é considerada a virtude mais perfeita e nem a estrela vespertina, nem a estrela matutina é mais admirada que ela. Daí o provérbio: a justiça encerra toda a virtude (ARISTÓTELES, 1987, p. 93).

Com isso, Aristóteles pensa a ética para além do caráter voltado às tradições e aos hábitos, colocando-a em relação àquilo que se mostra mais próximo do que pensamos contemporaneamente como ética: relações sociais e condutas comportamentais justas. Mas, afinal, como determinar se uma ação é ou não justa se somos constituídos por uma identidade marcada por tradições, costumes e modos de pensar acerca do que é bom e mau?

Se pensarmos cronologicamente na vida humana, a ética e a moral são preceitos trabalhados com o ser humano desde seu nascimento: o respeito, os costumes, os hábitos, aquilo que por determinada família (que compõe um todo de uma identidade tradicional) é considerado bom ou não. Já em relação ao que é justo, apesar de ser tratado na família e no ciclo social da criança (como na instituição escolar), o preceito de justiça não obedece àquilo que a literatura do Direito entende por justiça. Ou, ainda, a justiça na instituição familiar é tratada com base nos preceitos éticos e morais da cultura em que ela se encontra inserida. Por exemplo, uma família que segue a religião cristã terá uma compreensão acerca de justiça e ética diferente da de uma família que é atea sobre determinadas temáticas. Contudo, por mais que o indivíduo venha a conhecer os ideais de justiça de acordo com a lei do Estado *a posteriori* e que tais ideais guiem sua conduta pública na vida adulta, o *ethos* acompanha tais noções na vida humana. Trata-se, portanto, de uma tríplice relação entre ética, moral e justiça.

Na modernidade, encontramos a teoria do filósofo Immanuel Kant acerca do dever moral. Para Kant, o dever moral frente ao que é justo é fruto da capacidade prática da razão: “A razão pura é por si prática e dá [ao homem] uma lei universal, que chamamos lei moral” (KANT, 2005, p. 107). Nesse sentido, Kant entende que o dever sempre se dá em três possibilidades de ação:

- aquela que é feita de acordo como o dever, mas não pelo dever, e sim por interesse;
- aquela que é feita também de acordo com o dever, mas não pelo dever, e sim por uma questão de hábito;
- e, por fim, a ação que é feita conforme o dever e pelo dever.

As ações, portanto, se distinguem pelas suas utilidades. Kant busca com essa classificação esclarecer que a ação moral só pode ser determinada por

dever e tendo como finalidade o dever. Ao contrário, tratar-se-ia de uma ação interessada, e não dotada de moral. Assim, Kant garante a autonomia da vontade frente à ação e a assegura por meio do que ele chama de “imperativo categórico”, que é aquilo que une a autonomia da vontade à sua universalidade. Isto é, quando Kant argumenta que para avaliarmos se estamos agindo por dever, ou seja, realizando uma ação moral, devemos nos perguntar se a nossa ação, guiada pela nossa vontade, poderia se tornar universal. Desse modo, o filósofo consegue unir a vontade individual com o dever moral universal entre os indivíduos.

Até aqui, vimos que a ética social é indissociável da esfera privada, bem como de teorias da justiça. Por mais que as teorias conflitem por vezes sobre o que determina e o que distingue os preceitos éticos dos morais, um preceito depende essencialmente do outro, tal como o próprio exercício da justiça. Dessa forma, conclui-se que não há *ethos* social sem um *ethos* individual, que reconhece na moral também os seus deveres fundamentados em uma justiça; justiça essa que se faz imprescindível quando se percebe que somente por meio da moral e da ética a vida em sociedade se faz possível.

Fundamentos da ética profissional

Chegando ao campo da ética relacionada à vida profissional, encontramos uma série de reflexões acerca da práxis social que envolve também a esfera do trabalho. De acordo com Karl Marx (2007), antes do período capitalista, surgido a partir do contexto da Revolução Industrial, no século XVIII, o trabalho era dimensionado a partir do próprio homem. Ou seja, por mais que a exploração nas sociedades antigas e medievais acontecesse, ela estava condicionada ao homem e à natureza em si mesmos. Um trabalhador camponês desenvolvia seu trabalho de forma artesanal, manual desde a matéria-prima até o produto final, ao que se nomeia “manufatura”. Já a partir do século XVIII, com o desenvolvimento industrial, o indivíduo passa a ser alienado de seu trabalho: nas fábricas, com as máquinas, o trabalho é fracionado; assim, cada trabalhador executa uma parte do desenvolvimento do produto final. Com essa alienação, para teóricos como Barroco (2003), o trabalho como projeção humana sofre uma alteração. Se antes o trabalhador se projetava naquilo que fazia até a realização final de seu trabalho, com a modernidade chega-se à fragmentação também do indivíduo, que não se vê mais naquilo que faz, somente executa.

Contudo, após Marx, surgiram outros pensadores que repensaram essa relação de acordo com as transformações culturais ocorridas e de acordo com

a forma como isso afeta a visão sobre o trabalho. Se antes da modernidade o indivíduo via no trabalho um processo de desenvolvimento de sua criatividade que, por sua vez, consistia em valorações de sentido para si e de escolhas, com a modernidade essa capacidade emancipatória do trabalho passa a ser negada. Isso altera também as formas de socialização profissionais. Nesse sentido, a ação ética do trabalho também se fragmenta. A partir de então, a ética deve se expressar também frente aos outros envolvidos nesse ambiente: trata-se de entender que a finalidade da ação ética envolve o coletivo para acima do eu individual, o que não significa que se trata de individualidades somadas em um projeto, mas, sim, um projeto desenvolvido por diferentes individualidades, construído por elas.

O espaço do trabalho se torna um espaço também de constituições subjetivas. As individualidades se transformam à medida que lidam umas com as outras. Outrossim, a convivência social passa a impor um processo democrático dentro desse espaço. Nesse ponto, o projeto profissional passa a compor também a ética, pois é na realização da realidade profissional que passa a ser determinada a ética em relação aos modos de ser de cada indivíduo que ocupa aquele espaço, bem como uma normatização de uma conduta construída e instituída. Chegamos, assim, ao conceito de deontologia.

O conceito de deontologia vem do grego (junção entre *deon*, “dever”, e *logos*, “razão e/ou ciência”) e, na contemporaneidade, designa uma teoria normativa segundo a qual as ações devem ser julgadas de forma utilitária: de acordo como as suas necessidades, permissões e proibições. O conceito foi criado pelo filósofo utilitarista Jeremy Bentham, em 1834, ao se referir à ética como estudo das normas e deveres:

O objeto da deontologia consiste em ensinar o homem a dirigir os seus afetos, de maneira a que eles sejam os mais possíveis subordinados ao bem-estar. Cada homem tem as suas penas e os seus prazeres, que lhe são próprios, e com os quais o resto dos homens não tem qualquer relação; há, também, os prazeres e as penas que dependem das relações com os outros homens, e os ensinamentos do deontologista têm por objetivo aprender, num como noutro caso, a dar ao prazer uma direção tal que lhe permita ser produtivo para outros tipos de prazer; e a dar uma tal direção à pena que a torne, na medida do possível, uma fonte de prazer ou, pelo menos, que ela seja o menos pesada possível, suportável e, assim, tão transitória quanto possível (BENTHAM, [1834] *apud* DIAS, 2008, p. 167).

Contudo, apesar de ser um termo inaugurado por Bentham e relacionado à reflexão estritamente filosófica sobre a ação moral, acabou sendo empregado para pensar as regras de conduta de cada profissão. No mundo profissional, a deontologia e a ética atuam de duas maneiras: seja para controlar as ações

dos profissionais, seja para construir e orientar a conduta de um grupo até que esteja coeso. Assim, cada profissional deve seguir uma deontologia de acordo com a sua profissão, que, por sua vez, se consolida em um código de ética. Esse código serve tanto como um guia quanto como um código de correção dos profissionais: nele encontramos tanto os direitos quanto os deveres de cada categoria profissional. Normalmente, vemos associadas a esses códigos profissões que exigem confiança pública, ou seja, o código representa, nesse sentido, uma garantia para a sociedade de que o profissional está de acordo com as exigências legais de conduta de sua profissão. Caso contrário, esse profissional será punido e, em casos de desagravo, até desvinculado de sua profissão, não podendo mais exercê-la. Isso demonstra que a conduta ética se prefigura profissionalmente em um sistema normativo.

Antes de serem nomeadas como “código de ética”, as regras a serem seguidas eram aglomeradas e determinadas pelos chamados “códigos deontológicos”. O primeiro desses códigos, que ainda não levava o nome de “deontológico”, foi proposto em 1794, por Thomas Percival. Em 1791, Percival, que era médico e membro fundador do hospital americano Manchester Royal Infirmary (fundado em 1752), solicitou aos demais membros diretores do hospital que gerissem um conflito interno entre médicos, cirurgiões e *apothicaires* (os precursores dos farmacêuticos). O conflito, além de se ater a casos específicos do hospital, consistia principalmente nas diferentes formações desses profissionais de saúde: ao passo que alguns haviam frequentado a universidade, outros tinham aprendido suas profissões nos hospitais ou com outros profissionais (PICKSTONE, 1993).

Foi então que, encorajado por seus demais colegas, Percival escreveu a primeira versão de *Medical jurisprudence*, publicada em 1803. Inicialmente um panfleto, tal obra se tornou o primeiro código de ética médica, sendo composta de quatro partes: 1. conduta profissional no hospital e em outros lugares de cuidado médico, 2. conduta profissional nas práticas gerais ou privadas, 3. conduta dos médicos para os *apothicaires*, 4. deveres profissionais nas circunstâncias que requerem o conhecimento da lei. Vale ressaltar que, até a criação e, posteriormente, o reconhecimento da necessidade dos códigos profissionais, a ética profissional e normativa era baseada em virtudes, tais como honra e caráter, sem nenhum controle mais rígido das condutas profissionais. Nesse sentido, a dimensão deontológica vem contribuir em razão de um código que estipula e traz a necessidade de um olhar humano e rigoroso a potenciais problemáticos advindos (PICKSTONE, 1993).

Conclui-se que a ética, como um conjunto de princípios norteadores da boa conduta profissional, está além de um mero preceito a ser seguido. A

ética profissional deve ser respeitada, e, a partir dela, em relação às situações que a ela fogem, cabe ao profissional incorporar a conduta ética: “um código de ética não poderá cobrir todas as situações que se levantam à medida que uma disciplina expande e tenta encontrar as necessidades em mudança de um tipo de serviço entre as pessoas na sociedade” (BLACKWELL *et al.*, 1994, p. 2 *apud* DIAS, 2008, p. 54). Desse modo, é na integridade profissional que se encontrará a possibilidade de expansão dessa própria conduta.

Ética e prática política

A relação entre ética e política é tão antiga e indissociável, que poderíamos pensá-la tanto a partir da Antiguidade Clássica quanto a partir das teorias modernas contratualistas. De todo modo, o que se estabelece em todas essas teorias e desde a Antiguidade Clássica é que a relação entre ética e política é retroalimentar. Ou seja, se de um lado a ética surge como reflexão sobre os modos de ser dos humanos em sociedade, de outro esses modos de ser são públicos, participam da vida social e, portanto, são políticos. Contudo, tal relação foi e continua sendo determinada historicamente e revisitada filosoficamente.

Foi com Aristóteles (1987) que tivemos a primeira definição do termo “ética”. A partir de então, comumente é atribuída ao filósofo a sistematização da ética como estudo. Em Aristóteles, o bem é o fim para o qual todas as coisas tendem, o que, por sua vez, acaba gerando grande confusão, pois, se o bem é a finalidade das ações, a felicidade seria a expressão desse bem maior. Contudo, para melhor elucidar e desfazer esse mal-entendido, Aristóteles apresenta três categorias que traçam uma distinção entre vida ética e vida feliz, no sentido de que a felicidade se distingue para cada pessoa. Diz o filósofo: “diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo modo que os sábios” (ARISTÓTELES, 1987, p. 18). Tais categorias tratam dos tipos de vida que os homens podem ter: 1. a vida vulgar, 2. a vida política e 3. a vida contemplativa. Desse modo, cada tipo de vida tem seu ideal de felicidade; contudo, apenas uma está diretamente relacionada ao sumo bem.

- A vida vulgar: a felicidade não está associada ao sumo bem, uma vez que essa é sempre confundida com o prazer e gozo.
- A vida política: a felicidade está relacionada à honra, e não ao sumo bem.

- A vida contemplativa: é a que se associa ao sumo bem, uma vez que a razão é própria ao homem; “o que é próprio de cada coisa é, por natureza, o que há de melhor e de aprazível para ela; e, assim, para o homem a vida conforme a razão é a melhor e a mais aprazível, já que a razão, mais que qualquer outra coisa, é o homem” (ARISTÓTELES, 1987, p. 203).

Isso traz, por sua vez, um caráter antropológico como fundamento à ética aristotélica. Nesse sentido, vê-se uma junção entre homem político e homem racional. Ora, se a ética se dá propriamente na vida comum e, portanto, política e se o homem é por excelência um animal racional, o que transcende a sua condição somente natural, transformando-o em um animal político, conclui-se que o homem tem as duas capacidades em exercício dentro de si. Aristóteles reconhece que, para que o homem chegue à vida contemplativa, fazendo uso de sua capacidade naturalmente racional, é necessário que existam leis que constringam os cidadãos a cultivarem bons hábitos. Assim, Aristóteles une a razão, a ética e a política como complementares para o bem viver a o alcance do sumo bem.

Posteriormente, no Renascimento, encontramos na obra de Nicolau Maquiavel uma ruptura entre ética e política. Nesse período, a política se caracteriza pelo caráter materialista e a ética passa a ser estudada e pensada no campo da metafísica. Em grande medida, deve-se a Maquiavel essa ruptura que adiante se consolidaria na modernidade. Em Maquiavel (1999), a verdade está nas coisas sempre em seu estado atual; portanto, o autor não pensa a partir do devir, daquilo que poderia ser das coisas em um estado futuro. Nesse sentido, exclui-se a necessidade do “dever” (que é próprio à ética), colocando-se em seu lugar o “é”. Em Maquiavel, a política passa a ser pensada de acordo com o estado atual da sociedade, tal como elucida Sadek (1995, p. 17): “De fato, sua preocupação em todas as suas obras é o Estado. Não o melhor Estado, aquele tantas vezes imaginado, mas que nunca existiu. Mas o Estado real, capaz de impor a ordem”.

Maquiavel, em *O príncipe*, deixa essa dissociação muito clara quando não confere ao príncipe o dever ético, mas somente a manutenção do poder. Para tanto, o filósofo divide em três formas a manutenção do poder por parte do governante em relação aos Estados conquistados: 1. devastá-los; 2. habitar nesses Estados; 3. permitir que os cidadãos vivam com as suas leis, contanto que arrecade tributos por isso e que forme um governo restrito a poucos. Despreocupado com a ética, Maquiavel escreve: “Sucede que, na verdade, a garantia mais segura da posse é a ruína” (MAQUIAVEL, 1999, p. 53). Em outros

momentos, o filósofo demonstra o seu desprezo pela ética quando relacionada à política. Ao contrário de Aristóteles, que entende na relação entre as partes natural e racional humanas a harmonia ética e política, Maquiavel (1999) defende que o príncipe deve utilizar seu lado racional e animal para se manter no poder. Isto é, para se manter no poder, o governante deve combater a desobediência civil de dois modos: pela lei e pela força; as leis competem ao lado racional do humano, ao passo que a força, ao lado animal.



Saiba mais

Você sabia que Maquiavel atuou politicamente na República de Florença?

Conhecido pela sua inteligência e habilidade de traçar estratégias políticas, Maquiavel, em 1499, foi enviado para negociar com a duquesa Catarina Sforza a renovação da *condotta* de seu filho Otaviano e negociar seu apoio para a retomada de Pisa. Sua principal missão era diminuir o pagamento do governo de Florença à duquesa e conseguir tanto suas tropas quanto munição. Maquiavel teve tanto êxito, que, após o feito, escreveu seu primeiro escrito político: *Discurso fatto al Magistrato dei Dieci sopra le cose di Pisa*, em 1499 (SALATINI; DEL ROIO, 2014).

Já na modernidade, encontramos Karl Marx, que, segundo Arendt (2007), foi o responsável por religar o dever ético à política — por mais que o pensador enxergasse na filosofia uma limitação material, pois, para Marx, a filosofia não tratava da realidade concreta. Foi por meio da filosofia que Marx pôde interpretar o mundo e chegar à conclusão de que a revolução seria condição essencial para ligar a ética à política, uma vez que as estruturas políticas que se formaram com o capitalismo só tinham como finalidade o lucro e o poder. Já no século XX, vemos tal crise que se anunciara desde o Renascimento, com as Grandes Guerras, a ascensão do fascismo e do nazismo, a Guerra Fria e os ataques ao Afeganistão e ao Iraque; reconhece-se que tal ruptura nunca fora superada, assim como diz Hannah Arendt (2007, p. 55): “nem o silêncio da tradição, nem a reação assestada contra ela no século XIX por pensadores podem jamais explicar o que efetivamente ocorreu. O caráter não deliberado da quebra dá a ela uma irrevogabilidade que somente os acontecimentos, nunca os pensamentos, podem ter”.

Desde tais acontecimentos, a relação entre ética e política vem sendo reestruturada. A ética, na atualidade, é constantemente chamada a intervir na política como garantia de uma conduta humana — esforço que se tornou essencial após as catástrofes acontecidas no século XX. Na contempora-

neidade, encontramos éticas como a Ética do Discurso, que analisa a partir desses acontecimentos de guerra os fatos históricos; a Ética da Libertação, que reage as condições de opressão historicamente estruturadas; e a Ética Prática, que busca dar respostas às demandas sociais atuais.

Referências

- ARANGUREN, J. L. L. *Ética*. 5. ed. Madri: Seleta, 1972.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).
- BARROCO, M. L. S. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS, A. *Ética profissional em terapêutica da fala*. 2008. Dissertação (Mestrado em Bioética) — Universidade do Porto, Porto, 2008.
- FIGUEIREDO, A. M. Ética: origens e distinção da moral. *Saúde, Ética & Justiça*, v. 13, n. 1, 1–9, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/44359/47980>. Acesso em: 16 set. 2021.
- GONTIJO, E. D. Os termos ‘ética’ e ‘moral’. *Mental*, ano 4, n. 7, p. 127–135, nov. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v4n7/v4n7a08.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. *Marxists.org*, 2007. Publicado originalmente no livro *Zur Kritik der Politischen Oekonomie von Karl Marx*. Berlin: Erstes Heft, 1859. Disponível em: <http://www.marxists.org/ortuguês/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 16 set. 2021.
- PICKSTONE, J. V. Thomas Percival and the Production of Medical Ethics. In: BAKER, R.; PORTER, R.; PORTER, D. (ed.). *The codification of medical morality: historical and philosophical studies of the formalization of western medical morality in the eighteenth and nineteenth centuries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993. p. 161–178.
- PIMENTA, O. O exemplo de Sócrates. *Discurso*, v. 49, n. 2, 79–106, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/165475/158651>. Acesso em: 16 set. 2021.
- SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WEFORT, F. C. (org.). *Os clássicos da política*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. v. 1. p. 11–41.
- SALATINI, R.; DEL ROIO, M. (org.). *Reflexões sobre Maquiavel*. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

Leitura recomendada

ARISTÓTELES. *A política*. 2. ed. rev. Bauri, SP: Edipro, 2009.



Fique atento

Os *links* para *sites* da *web* fornecidos neste capítulo foram todos testados, e seu funcionamento foi comprovado no momento da publicação do material. No entanto, a rede é extremamente dinâmica; suas páginas estão constantemente mudando de local e conteúdo. Assim, os editores declaram não ter qualquer responsabilidade sobre qualidade, precisão ou integralidade das informações referidas em tais *links*.

Conteúdo:

